

RECURSO ESPECIAL Nº 1.607.025 - DF (2016/0157338-7)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : LEVI FONTES BARROS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - CURADOR ESPECIAL
RECORRIDO : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A
ADVOGADO : RICARDO NEVES COSTA E OUTRO(S) - DF028978
RECORRIDO : ITAPEVA II MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM IREITOS REDITORIOS PADRONIZADOS
ADVOGADO : LUCIANO GONÇALVES OLIVIERI E OUTRO(S) - GO038762

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONVERSÃO EM DEPÓSITO CITAÇÃO POR EDITAL. CURADORIA ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PRETENSÃO REVISIONAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. O patrocínio da causa pela Curadoria Especial não implica automática concessão de gratuidade de justiça em benefício do réu revel citado por edital, pois a atuação da Defensoria Pública não decorre da hipossuficiência da parte, mas de exclusiva imposição legal, art. 9º, inc. II, do CPC.

2.A atividade da Curadoria Especial, na condição de substituto processual - art.9a, II do CPC, limita-se à defesa do réu; não tendo, portanto, legitimidade para exercer direito de ação, ajuizando ações ou apresentando reconvenção, pedido contraposto ou declaração de nulidade de cláusula contratual.

Precedentes.

3. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida.

A parte recorrente sustenta que o curador pode alegar toda matéria de defesa em favor do devedor fiduciário.

Com razão o recorrente. Esta Corte admite até mesmo a oposição de reconvenção pelo curador especial. Nesse sentido, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RÉU REVEL. CURADOR ESPECIAL. LEGITIMIDADE PARA AJUIZAMENTO DE RECONVENÇÃO.

1. O curador especial tem legitimidade para propor reconvenção em favor de réu revel citado por edital (art. 9º, II, do CPC/1973), poder que se encontra inserido no amplo conceito de defesa.

Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1212824/DF, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 02/10/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO CONVERTIDA EM AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AUTOMÓVEL. RÉU CITADO POR EDITAL. REVELIA. CURADOR ESPECIAL. LEGITIMIDADE ATIVA PARA RECONVIR. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO - VRG. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL CARACTERIZADA.

1. O curador especial tem legitimidade para propor reconvenção em favor de réu revel citado por edital (art. 9º, II, do CPC/1973), poder que se encontra inserido no amplo conceito de defesa.

2. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1088068/MG, Relator Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 09/10/2017)

Em face do exposto, conheço do recurso especial e a ele dou provimento, para determinar o retorno dos autos à Corte de origem, ensejando o julgamento das matérias aduzidas na apelação, superado o tema acima tratado.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora